



PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

1º período letivo de 2014

DISCIPLINA	NOME
HZ146B	Tópicos Especiais em Ciência Política XIV

Horas Semanais						
Teóricas	Práticas	Laboratório	Orientação	Distância	Estudo em Casa	Sala de Aula
04	00	00	00	00	00	04
Nº semanas	Carga horária total		Créditos	Exame	Frequência	Aprovação
15	60		04	S	75%	N

Docente:

Andrei Koerner; Celly Cook Inatomi (PED-B)

Ementa:

Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas no departamento de Ciência Política.

Programa:

PERSPECTIVAS DE PESQUISA SOBRE JUDICIÁRIO, POLÍTICA E CIDADANIA

A disciplina tem o objetivo de apresentar os principais modelos teóricos de ciência política e sociologia do direito para a pesquisa sobre as relações entre Poder Judiciário, política e cidadania. A revisão abrange trabalhos sobre o Brasil e outros países, particularmente os Estados Unidos.

A disciplina tem unidades:

- modelos e dimensões para a análise do Judiciário: o debate internacional
- o Poder Judiciário pós-88: o debate sobre a reforma judicial e o acesso à Justiça
- a mobilização dos direitos, o Judiciário e a cidadania

A primeira unidade apresenta uma revisão das pesquisas sobre o Judiciário, dos Estados Unidos e em perspectiva comparada. São apresentadas teorias que trabalham em três dimensões: estrutural, institucional e das interações estratégicas. Os trabalhos apresentados abrangem os temas do Judiciário e os poderes estatais, as relações entre juízes, atores e processos políticos, os impactos das decisões judiciais sobre as políticas públicas, a construção e a ressignificação dos direitos nas interações entre Judiciário e atores sociais.

A segunda unidade apresenta trabalhos sobre as instituições judiciais no Brasil pós-88, apontando para as mudanças políticas na época da Constituinte, as reformas institucionais desde então, assim como os debates teóricos sobre as ambivalências e contradições do protagonismo político dos juízes. O intuito é estudar a ênfase do debate brasileiro sobre a questão da reforma judicial e problematizá-la frente a outros debates e questões importantes vistas na primeira unidade.

A terceira unidade apresenta trabalhos sobre a chamada 'judicialização das políticas públicas' e pesquisas no campo da mobilização do direito pela promoção dos direitos de cidadania.

Bibliografia:

ARANTES, Rogério. B. (1997), *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo, Idesp: Sumaré, Fapesp, Educ.

_____. (2005), "Constitutionalism, the expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil". In: SIEDER, Rachel, SCHJOLDEN, Line, ANGELL, Angell. (Orgs). *The judicialization of politics in Latin America*. New York, Palgrave Macmillan, 231-262.



- BONAVIDES, Paulo. (1996). *De País Constitucional a País Neo-colonial*. SP, Malheiros Ed.
- BRINKS, Daniel. M. (2011), "Faithful servants of the regime. The Brazilian Constitutional Court's Role under the 1988 Constitution". In: GRETCHEN, Helmke, RIOS-FIGUEROA, Julio. (Orgs.). *Courts in Latin America*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 128-153.
- CALDEIRA, César. "Regras da disputa eleitoral: quem decide o quê, quando e como". *Revista da EMARF*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.1-316, nov.2010
- CARVALHO, Ernani. (2005), *Revisão Abstrata da Legislação e Judicialização da Política no Brasil*. (Tese de doutorado). Ciência Política, FFLCH/USP, São Paulo.
- CARVALHO, Ernani; OLIVEIRA, Vanessa. (2002). "A Judicialização Da Política No Brasil: Conceitos E Paradoxos. Um Tema Em Aberto." Paper presented at the 3º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política" Niterói, 2002.
- CASTRO, Marcus Faro. (1997a), "O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.34, Jun. 97, p.147 - 156.
- _____. (1997b), "The Courts, Law, and Democracy in Brazil". *International Social Science Journal*, v.49, n.152, p.241 - 252.
- CHEMERINSKY, E. (2010). *The Conservative Assault on the Constitution*. New York: Simon & Schuster.
- COOMBE, Elizabeth. (1989). "Room for Manoeuver: Toward a Theory of Practice in Critical Legal Studies." *Law and Social Inquiry* 1989, 69-121.
- IÓRIO FILHO, R. M. and F. DUARTE (2012). O Supremo Tribunal Federal e a Lei da Ficha Limpa: uma questão de déficit democrático. VIII Encontro da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política. Porto Alegre
- EPSTEIN, Lee, and KNIGHT, Jack. (1998). *The Choices of Justices Make*. Washington: Congressional Quarterly.
- FRAGALE, Filho R. (2013). Judiciário em Construção. Rio de Janeiro: Garamond.
- FREITAS, Lígia Barros de. A consolidação institucional do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na longa Constituinte (1987-2004). (Tese de Doutorado). PPG em Ciência Política.. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012, 372p.
- GILLMAN, Howard. (1993). *The Constitution Besieged: The Rise and Demise of Löchner Era Police Powers Jurisprudence*. Durham NC: Duke U. P.
- . (1999). *The Court as An Idea, Not a Building (or a Game): Interpretative Institutionalism and the Supreme Court Decision-Making*. Edited by C. Clayton, Supreme Court Decision-Making: New Institutional Approaches. Chicago: Chicago UP.
- GILLMAN, Howard; CLAYTON, Cornell (Eds.). (1999). *The Supreme Court in American Politics: New Institutional Interpretations*. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press.
- GOMEZ, J. M. (1984). Surpresas de uma Crítica a Propósito de Juristas - Repensando as Relações entre o Direito e o Estado. Crítica do Direito e do Estado. C. A. Plastino. Rio de Janeiro, Graal: 103-112.
- GORDON, Robert W. (1998). "Some Critical Theories of Law and Their Critics." In *The Politics of Law - a Progressive Critique*, edited by David Kairys, 591-616. Philadelphia: Basic Books.



- HARRINGTON, Christine; YNGVESSON, Barbara. (1990). "Interpretive Sociolegal Research." *Law and Social Inquiry* 1990, 135-48.
- HOLLAND, K. (1992). *Judicial Activism in Comparative Perspective*. New York, St Martin Press.
- HUNT, Alan. (1993). *Explorations in Law and Society - toward a Constitutive Theory of Law*. London: Routledge.
- JACKSON, D. & TATE, C. Neal. (1992). (Ed.). *Comparative Judicial Review and Public Policy*. Westport: Greenwood Press.
- KAPISZEWSKI, Diana. (2010). "How Courts Work: Institutions, Culture, and the Brazilian *Supremo Tribunal Federal*." In *Cultures of Legality - Judicialization and Political Activism in Latin America*, edited by Javier Couso, Alexandra Huneeus; and Rachel Sieder, 51-77. Cambridge, UK: Cambridge U.P.
- . (2011). "Power Broker, Policy Maker, or Rights Protector? The Brazilian Supremo Tribunal Federal in Transition." In *Courts in Latin America*, edited by Gretchen Helmke; and Julio Ríos-Figueroa, 154-86. Cambridge, UK: Cambridge U.P., 2011.
- KOERNER, Andrei. (no prelo) Judiciário e moralização da política – Três reflexões sobre as tendências recentes no Brasil. *Revista Pensar*, Fortaleza, Unifor.
- _____. (2013a) "A análise política do Direito, do Judiciário e da doutrina jurídica". In: Wang, Daniel (Org.). *Constituição e Política na Democracia..* São Paulo, Malheiros.
- _____. (2013). "Ativismo Judicial? Jurisprudência Constitucional e Política no STF pós-88." *Novos Estudos Cebrap* 96(julho): 69-85;
- _____. (2012b), Sobre a "evolução do controle da constitucionalidade no Brasil": uma análise crítica. FONSECA, Ricardo Marcelo (org). *As formas do direito: ordem razão, decisão - experiências jurídicas antes e depois da modernidade*. Curitiba: Juruá, (no prelo).
- _____. (2012c), Por uma História política do Pensamento Constitucional Republicano Brasileiro (1920-1888). Seelaender, Airtton (org.). *Direito e História – Conceitos Fundamentais*. SP: Malheiros ed. (no prelo).
- _____. (2007) Instituições, decisão judicial e análise do pensamento jurídico: o debate norte-americano. *BIB – Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, Ed. Edusc, nº 63, 1º semestre de 2007, pp. 63-96.
- _____. and Inatomi, Celly C. STF e Política no Brasil – a perspectiva da ciência política, in Daniel Menezes and Clarice Duarte. *60 questões*. SP, Ed. Atlas.
- KOERNER, A. and L. B. d. FREITAS (2013). "O Supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo." *Lua Nova* 88: 141-85.
- _____, INATOMI Celly e BARATTO Marcia. (2010), "Sobre o Judiciário e a Judicialização". In: MOTTA, Luiz Eduardo e MOTA, Mauricio. *O Estado Democrático de Direito em Questão - Teorias Críticas da Judicialização da Política*. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, p.149-80.
- LIMA, Francisco Gerson Marques de. (2001). *O Supremo Tribunal Federal na Crise Institucional Brasileira (Estudo de casos - abordagem interdisciplinar)*. Fortaleza, ABC Editora.
- LINDQUIST, S. e CROSS, F. (2009). *Measuring Judicial Activism*. Okford: Oxford U.P.



- MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2011, 26.77: 97-112.
- MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. (2002), "Sentidos da Judicialização da Política: Duas análises". *Lua Nova*, nº 57, pp., 113 - 134 p.
- MALTZMAN, F.; SPRIGGS II, J.; WAHLBECK, P.J. (1999). "Strategy and Judicial Choice: New Institutional Approaches to Supreme Court Decision-Making." In *The Supreme Court in American Politics: New Institutional Interpretations* edited by Howard; Clayton Gillman, Cornell (eds), 43-63. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press.
- MCCANN, Michael. (1999). "How the Supreme Court Matters in American Politics: New Institutional Perspectives." In *The Supreme Court in American Politics - New Institutional Interpretation*, edited by Howard; Clayton Gillman, C., 63 - 97. Lawrence: University Press of Kansas.
- _____. (2010). "Poder Judiciário E Mobilização Do Direito: Uma Perspectiva Dos 'Usuários'." *Revista EMARF, Cadernos Temáticos: Seminário Nacional sobre Justiça Constitucional*, , no. dez/2010 (2010): 175-96.

Observações:

Avaliação: seminários, trabalhos em classe e provas.
Atendimento: em horários a serem marcados com os alunos
Contato: andreik@uol.com.br e celoca05@yahoo.com.br.
Horário de atendimento dos alunos, avaliações, etc